

Obama, Semana I: Now We Will

Obama, Week I: Now We Will

CRISTINA SOREANU PECEQUILO*

Meridiano 47 n. 102, jan. 2009 [p. 8 a 10]

Encontrar adjetivos para se referir à eleição e posse de Barack Obama é fácil. De histórico à inesquecível, todos possuem em comum ressaltar a relevância da chegada ao poder do novo ocupante da Casa Branca. Sem voltar a estas repetições, o próprio Obama nas semanas que antecederam a cerimônia de 20/01 procurou desmistificar o momento sem grande sucesso, reafirmando as dificuldades do país e a necessidade de união nacional. Inúmeras vezes, o novo presidente pediu paciência, responsabilidade e força, o que se refletiu no discurso de posse.

Mais do que candidato, Obama buscou mostrar-se comandante em chefe de todas as fronteiras norte-americanas ao tentar escapar dos chavões de campanha e criar novos *slogans* compatíveis com o Salão Oval, em padrão repetido por Secretários e Assessores. Além disso, diminuíram-se as referências históricas, evitando o excesso de comparações prévias de oportunidades. Também se procurou marcar o momento de transição entre Bush-Obama sem profundas críticas, optando pela diferenciação de táticas, estilos e apelos ao consenso bipartidário e societário. A tradição ganhou espaço como base da reinvenção, preparando o salto à frente. Assim, do "yes, we can" ("sim, nós podemos") trafegamos ao "now we will" ("agora, nós faremos). E, "o faremos", iniciou-se nas esferas mais imediatas das preocupações da sociedade e promessas de campanha que poderiam ser cumpridas com mais facilidade.

No âmbito doméstico, a primeira semana foi caracterizada pela tentativa de acelerar a aprovação do plano de recuperação econômica pelo Congresso Nacional e ações pontuais como medidas que visam

regulamentar a associação entre lobbistas, legislativo e governo, com redução de tetos para contribuições de campanha e envio de presentes. A diminuição do número de cargos de alta confiança e de seus ganhos também se encontra neste pacote de moralização. Juntas, a recuperação e a moralização visam criar uma quebra clara entre as administrações e dar sustentação maior ao governo do que os habituais 100 dias de lua de mel que o novo presidente "recebe" da população, mídia e Congresso. Na verdade, por sua postura, e os repetidos pedidos de paciência, Obama espera que esta lua de mel estenda-se, no mínimo a seis meses, enquanto o legado da presidência Bush recomendaria, pelo menos dois anos.

Racionalmente, contudo, o novo governo está consciente de que esta lua-de-mel, está atrelada não só à aprovação, mas ao funcionamento, do plano econômico em tramitação no Congresso. Intitulado de Plano de Recuperação da América e de Reinvestimento, o pacote de cerca de U\$ 800 bilhões de dólares vem sendo defendido pela presidência de forma veemente e deverá ser aprovado com ajustes. Em meio à crise, recorre-se à tradicional fórmula da Grande Depressão implementada por Franklin Delano Roosevelt (FDR), a do investimento em obras públicas no setor de infra-estrutura como forma de recuperar a economia e gerar empregos. Prevê-se a ampliação de políticas sociais com a recapacitação dos trabalhadores, reforma educacional e no sistema de saúde, atualizando o Estado de bem-estar. Estes programas serão acompanhados pelas propostas de cortes de impostos às classes populares e melhoria de salários, o que havia sido definido como um esforço

* Professora de Relações Internacionais Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus Marília), e Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (crispece@gmail.com).

de redistribuição de renda. Esta agenda, em particular, o item sobre o sistema de saúde e o acesso universal ao tratamento médico representará uma das maiores batalhas do governo Obama, em ação já tentada, sem sucesso, na administração de Bill Clinton e comandada pela atual Secretária de Estado Hillary Clinton.

O núcleo do projeto reside na transição da velha à nova economia dos EUA, com a reestruturação da matriz social e dos paradigmas produtivos e energéticos. No que se refere à estas dimensões, a prioridade fica dia mais clara: energia renovável. Esta agenda encontra-se atrelada à reestruturação interna e à política externa em dois níveis: a liderança em regimes ambientais e a segurança nacional. A dependência energética é caracterizada como sinônimo de vulnerabilidade (não esquecer que o próprio W. Bush anunciou que os EUA eram “viciados em petróleo” em 2006) e ineficiência. Repete-se o argumento de que a dependência de petróleo dos EUA impede uma economia mais sustentável no país e beneficia países produtores não inseridos plenamente na comunidade internacional como Irã e Venezuela. Igualmente, esta dependência fortalece nações com as quais os EUA possuem laços de amizade, alternados com desconfiança e competição.

Dois exemplos desta situação são a Arábia Saudita e a Rússia, a primeira, tradicional aliada a quem os EUA fornecem ajuda militar, mas que ao mesmo tempo contraria o discurso pró-democracia, sendo acusada de patrocinar grupos fundamentalistas e, a segunda, uma potência renascente que busca recuperar sua influência regional e global. A Rússia, ainda no que se refere à temática regional, encontra-se em permanente disputa geopolítica com os EUA na Ásia Central e Cáucaso pelos recursos energéticos eurásianos. Esta relação entre as antigas superpotências engloba, adicionalmente, a triangulação com a China e a Europa, e da Rússia com suas antigas repúblicas soviéticas. Paradoxalmente, enquanto se criticam as parcerias existentes, poucas foram as sinalizações de novos intercâmbios energéticos, a despeito dos potenciais da relação bilateral Brasil-EUA.

Pode-se dizer que a emergência destes intercâmbios, ou de quaisquer ações mais ousadas e inovadoras no campo externo, político-econômico,

institucional ou estratégico estão atreladas ao sucesso das primeiras medidas econômicas para a recuperação nacional, o fortalecimento do consenso interno Executivo-Legislativo e a permanência do apoio da opinião pública à presidência e ao que Obama define como “escolhas difíceis”. Esta dualidade entre a necessidade de soluções rápidas e mudanças estruturais que demandam planejamento de médio e longo prazo podem causar certo enfraquecimento do apoio popular e um descompasso político entre Executivo e Legislativo.

Todavia, devido à profundidade da crise, à construção bipartidária e geracional da equipe de Obama sustentada na presença de democratas e republicanos tanto experientes quanto novos, o nível de conflito deve se manter baixo. Além disso, a reorganização das bases do partido republicano contribui para este momento de não-polarização, com a briga sendo mais intrapartidária (neoconservadores e moderados em suas diversas correntes) do que entrepartidária. Pode-se sugerir que Obama, Ano I, será de relativa calma, enquanto 2010, quando se realizam eleições para renovar parte do Senado e Câmara tende a ser mais conflituoso (calendário também condicionado à velocidade e intensidade da recuperação, ou não, da economia).

Outra medida de impacto foi o fechamento da prisão de Guantanamo, uma ponte entre o interno e o externo no campo dos direitos humanos e civis. Associada a esta questão, levantam-se as imagens de tortura nesta instalação e em Abu Graib, assim como as medidas do Ato Patriota. O elemento central é o da reconstrução da credibilidade e das tradições, concretizando a disposição pela mudança. Decisão de alta repercussão, contudo, o fim de Guantanamo surge acompanhado por uma série de dificuldades: o *status* dos prisioneiros que nela se encontram, a problemática relativa ao que Bush definira como “combatentes inimigos” da Guerra Global contra o Terrorismo (GWT), a GWT em si e os direitos dos que nela já passaram.

A GWT teve como medida mais factível a ordem de Obama para que o *staff* de defesa e diplomacia acelerem os estudos para uma rápida retirada do Iraque, enquanto que novas incursões foram

realizadas no Afeganistão e no Paquistão. O envio de George Mitchell ao Oriente Médio, diplomata que já participou de etapas prévias do processo de paz Israel-Palestina, também foi uma medida implementada, a luz dos acontecimentos na Faixa de Gaza. Somado a estas demandas, a retórica multilateralismo e cooperação foi preservada nas relações internacionais, acompanhado de um novo tema: o do poder inteligente (*smart power*), cunhado por Nye Jr e aplicado pela Secretária de Estado Hillary Clinton desde a sua audiência de confirmação no Senado.

Em entrevistas, tanto Nye quanto Clinton reafirmaram que os EUA têm plenas condições de se tornar um poder inteligente. O termo é ambíguo, refere-se tanto a capacidade de “inteligência norte-americana” em fazer uso de seus poderes militares, econômicos e sociais (o *hard* e o *soft power*, conceitos de Nye igualmente) como à idéia de que o *smart power* é a combinação do *hard* e do *soft*. O objetivo desta discussão foi levar a retórica da mudança com mais consistência à política externa. Mais do que prático, tratou-se de um esforço teórico e uma maneira de reconhecer os erros da Era Bush e criar uma nova linguagem (um exercício de *soft power*, por que não dizer). Enquanto isso, o sistema internacional, nações parceiras da União Européia, países emergentes e mesmo inimigos aguardam elementos mais concretos de transformação que atinjam, como no âmbito doméstico, as estruturas da liderança e da ordem como sugerido pelo então candidato.

Em retrospecto, a política doméstica dominou a primeira semana, a despeito da interrelação de elementos internos e externos destas ações. Ainda que isto não signifique isolamento, esta postura

trouxe uma certa ansiedade global, e o temor de que as mudanças internacionais serão mais lentas e menos sensíveis e ousadas. Entretanto, é cedo para previsões, e qualquer projeção externa mais ousada e direcionada, seja na GWT, no meio ambiente, direitos humanos, energia ou comércio está, como mencionado, atrelada à recuperação econômica.

A mudança estrutural será de dentro para fora e, além das fronteiras, sustenta-se na combinação do consenso interno com o externo e a disposição em realmente refundar as bases da hegemonia com visão e pragmatismo, atualizando-a não só para o pós-1945, e sim para todos os outros que se seguiram: pós-1970 (Vietnã, crise do petróleo, Bretton Woods, tripolaridade econômica e política, EUA, Japão, Europa Ocidental, EUA, China e URSS), pós-1989 (Queda do Muro de Berlim), pós-2001 (11 de Setembro) e o pós-2008 (W. Bush).

Recebido em 17/01/2009

Aprovado em 20/01/2009

Palavras chaves: Estados Unidos, política externa, Barack Obama

Key words: United States, foreign policy, Barack Obama

Resumo: o artigo trata dos desafios do novo presidente Barack Obama. Nesse sentido, analisa as perspectivas dos cem primeiros dias.

Abstract: the article analyzes the challenges of the new president Barack Obama, emphasizing the perspectives of the first one hundred days.

